

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.509.325 - SP (2019/0150344-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : FERTICITRUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA
ADVOGADOS : FÁBIO MESQUITA RIBEIRO - SP071812
RENATA CIRILLO GARCIA - SP239256
ANA CAROLINA SERAPIÃO ALCANTARA - SP397620
AGRAVADO : JOSE ANTONIO DA SILVA
ADVOGADOS : CELSO BOTELHO DOS SANTOS - SP169343
VALÉRIA SANTOS DO NASCIMENTO - SP277367
INTERES. : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO : FERNANDO ANTONIO FONTANETTI - SP021057

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS. PRODUTOS RURAIS. AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS. RELAÇÃO DE CONSUMO INEXISTENTE. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. IMPOSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. PRAZO TRIENAL. TERMO INICIAL. PRINCÍPIO DA *ACTIO NATA*. DATA DO CONHECIMENTO DO DANO. NÃO IMPLEMENTAÇÃO. REVISÃO. SÚMULA 7. ATO ILÍCITO. DANO MORAL EXISTÊNCIA. EXCESSIVIDADE. REEXAME. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO RECONSIDERADA. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto pela FERTICITRUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA. contra decisão monocrática proferida por esta relatoria (e-STJ, fls. 598-601), assim ementada:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

Nas razões deste agravo, a parte agravante afirma ter impugnado todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

Sendo assim, requer a reconsideração da decisão agravada.

Brevemente relatado, decido.

Diante dos argumentos apresentados, constata-se assistir razão à agravante.

Assim, mediante juízo de retratação, nos termos do art. 259 do RISTJ, reconsidero a decisão de fls. 598-601 (e-STJ) e passo a novo exame do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 604-627).

Cuida-se de agravo interposto pela recorrente contra decisão que inadmitiu recurso especial (e-STJ, fls. 559-561) proposto para impugnar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 492):

APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Protesto de título de crédito inexigível e indevida negativação. CDC.

Aplicação. Pequeno agricultor. Vulnerabilidade demonstrada. Danos morais configurados.

AGRAVO RETIDO. Prescrição quinquenal prevista no artigo 27 do CDC. Termo inicial para o autor buscar a pretensão indenizatória é a do surgimento do direito de ação. Lapso temporal não decorrido. Sentença de improcedência mantida e confirmada nos termos do art. 252 do RITJSP. Recursos desprovidos.

Opostos embargos de declaração, o aresto recorrido foi integralizado pela seguinte ementa (e-STJ, fl. 509):

Embargos de Declaração — Alegação de erro de fato.

Inocorrência. Pretensão à rediscussão da matéria, com a reforma do julgado que lhe foi desfavorável. Matéria ventilada no recurso de apelação decidida expressamente no acórdão embargado. Embargos declaratórios com natureza infringente. Inadmissibilidade. Declaratórios rejeitados.

Nas razões do recurso especial, alegou a recorrente, com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, violação aos arts. 2º do CDC; 188, § 1º, 206, V, § 3º, e 884 do CC/2002; e 1.022, II e II, do CPC/2015.

Sustentou a existência de omissão no acórdão recorrido, uma vez que o Tribunal de origem deixou de se manifestar sobre a inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor ao caso em exame; a respeito do marco inicial da prescrição; sobre a excludente

de ilicitude, a inexistência do dano moral e a exorbitância do valor aplicado.

Defendeu que a parte recorrida não ostenta a qualidade de consumidor, sendo, desse modo, inaplicáveis as regras inseridas no diploma consumerista.

Asseverou terem incidido os efeitos da preclusão, uma vez que a contagem do prazo prescricional tem como termo inicial a data em que o recorrido tomou conhecimento do dano.

Afirmou inexistir dano moral passível de ser indenizável, tendo em vista que o protesto do título executivo e a inscrição do devedor no cadastro de proteção ao crédito constitui exercício regular de direito.

Frisou serem exorbitantes os valores fixados para a indenização do recorrido.

Apreciada a admissibilidade do apelo excepcional, o Tribunal estadual negou seguimento à insurgência (e-STJ, fls. 559-661).

Nas razões deste agravo, a recorrente alega ter cumprido com todas as exigências legais para a análise e processamento do recurso especial.

Constatados os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

No apelo excepcional, a agravante defendeu a existência de violação ao art. 1.022, II, do CPC/2015.

Inicialmente, é preciso esclarecer que os embargos de declaração possuem fundamentação vinculada, cujo objetivo é sanear a decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo, por isso, natureza infringente.

Nesse sentido, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte (REsp 1730535/ES, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Terceira Turma, julgado em 16/10/2018, DJe 19/10/2018).

Desse modo, tendo o Tribunal *a quo* motivado adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese, não há que se afirmar que a Corte estadual omitiu-se apenas pelo fato de ter o aresto impugnado decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Analisando os autos, observa-se que o acórdão recorrido examinou todos os pontos necessários para o deslinde da controvérsia, não havendo as omissões apontadas pela recorrente, passíveis de justificar a violação ao art. 1.022 do CPC/2015.

Quanto à incidência do Código de Defesa do Consumidor e ao enquadramento do recorrido como consumidor, o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ, fl. 493):

Quanto ao Código de Defesa do Consumidor, aplicam-se suas regras ao caso, pois alega o autor que não explora a atividade de agricultura com fins lucrativos, mas que como pequeno produtor cultiva para a própria subsistência e de sua família.

Nota-se que o apelado é beneficiário do INSS (fls. 15) e da justiça gratuita (fls. 16, 72), o que comprova sua vulnerabilidade econômica.

Da sentença, cujos fundamentos foram adotados pelo aresto impugnado, constata-se os seguintes argumentos (e-STJ, fl. 430):

A esse respeito, consigno, inicialmente, ser aplicável ao caso o Código de Defesa do Consumidor na forma dos arts. 2º e 3º da Lei n.º 8.078/1990. Isso porque, de um lado, está uma sociedade limitada que tem por objeto a venda de fertilizantes e outros insumos agrícolas descritos na f. 86. De outro lado, encontra-se o demandante, pessoa natural, que afirma não ter adquirido os produtos a que se referem as triplicatas n.º 128464 e 128465. Ainda que os tivesse comprado, por ser pequeno agricultor, à luz da teoria finalista mitigada hoje consagrada no STJ, seria considerado consumidor pela assimetria da relação, consoante se observa nos precedentes: STJ, REsp 445.854/MS, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/12/2003, DJ 19/12/2003, p. 453; e cL.º STJ, AgRg no REsp 1209271/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 01/02/2016. O mesmo entende o Tribunal de Justiça de São Paulo, segundo se pode nota pelo AI 0187538-81.2010.8.26.0000.

Fixada essa premissa, incide no caso a sistemática de responsabilidade civil objetiva, isto é, que prescinde de debate acerca da culpa, consoante disposto no art. 14 do Código de Defesa do consumidor, valendo recordar que o autor também se

encaixa na figura do art. 29 do mesmo diploma.

Dos excertos acima transcritos, verifica-se que a instância ordinária enquadrou a relação jurídica existente entre as partes como de natureza consumerista, considerando o agravado, pequeno produtor rural que adquire insumos para utilização em sua atividade rural, como consumidor vulnerável, entendendo, desse modo, serem aplicáveis as regras inseridas no Código de Defesa do Consumidor.

Ocorre que, nos termos da jurisprudência vigente nesta Corte Superior, o pequeno produtor, mesmo que adquirente de insumos para aplicação na atividade rural por ele desenvolvida, não pode ser considerado consumidor para fins de aplicação das regras do código consumerista.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. 'Esta Corte Superior consolidou o entendimento no sentido de que no contrato de compra e venda de insumos agrícolas, o produtor rural não pode ser considerado destinatário final, razão pela qual, nesses casos, não incide o Código de Defesa do Consumidor. Ausente a relação de consumo, torna-se inaplicável a inversão do ônus da prova prevista no inciso VIII do art. 6º, do CDC, a qual, mesmo nas relações de consumo, não é automática ou compulsória, pois depende de criteriosa análise do julgador a fim de preservar o contraditório e oferecer à parte contrária oportunidade de provar fatos que afastem o alegado contra si. Precedentes.' (AgRg no AREsp 86.914/GO, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, DJe de 28/6/2012).

2. Para configuração do dever de indenizar da recorrida, como pretende a recorrente, seria imprescindível derruir as conclusões a que chegou a Corte local, o que demandaria o reexame do contexto fático-probatório dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, em razão do óbice contido na Súmula 7 deste Tribunal.

3. Agravo interno desprovido"

(AgInt no REsp 1.657.303/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 10/4/2018, DJe 18/4/2018).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS. ART. 130 DO CPC. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. FACULDADE DO JUIZ. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. TEORIA DA IMPREVISÃO. INTEMPÉRIES

CLIMÁTICAS. INAPLICABILIDADE. PRODUTOR RURAL. COMPRA E VENDA DE INSUMOS AGRÍCOLAS. REVISÃO DE CONTRATO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. NÃO INCIDÊNCIA. COBRANÇA ABUSIVA DE JUROS. CAPITALIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. Compete ao magistrado zelar pela necessidade e utilidade da produção das provas requeridas, nos termos do art. 130 do Código de Processo Civil. Além disso, saber se a prova cuja produção fora requerida pela parte é ou não indispensável à solução da controvérsia, de modo a permitir ou não o julgamento antecipado da lide, é questão que exige o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a atrair o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

2. A jurisprudência desta Corte é pacífica em afirmar que a Teoria da Imprevisão como forma de revisão judicial dos contratos somente será aplicada quando ficar demonstrada a ocorrência, após a vigência do contrato, de evento imprevisível e extraordinário que onere excessivamente uma das partes contratantes, não se inserindo nesse contexto as intempéries climáticas.

3. "Esta Corte Superior consolidou o entendimento no sentido de que no contrato de compra e venda de insumos agrícolas, o produtor rural não pode ser considerado destinatário final, razão pela qual, nesses casos, não incide o Código de Defesa do Consumidor" (AgRg no AREsp 86.914/GO, Relator o Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 28/6/2012).

4. O Tribunal a quo, com base no suporte fático-probatório dos autos, foi categórico em afirmar a inexistência de capitalização de juros. Desse modo, a alteração do julgado, quanto ao ponto, encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp 155.702/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/5/2013, DJe 27/6/2013).

Logo, inaplicáveis as regras inseridas no Código de Defesa do Consumidor ao caso abordado nos autos.

Tal constatação, contudo, não altera o desfecho do acórdão rescindendo.

Com relação ao exame do marco inicial da contagem do prazo prescricional, o Tribunal estadual assim se manifestou (e-STJ, fl. 493):

Sendo assim, a prescrição na hipótese é a quinquenal estabelecida pelo artigo 27 do CDC, e, ainda que pudesse prevalecer a tese sustentada pela ré, no sentido de que inexistente relação de consumo, o prazo prescricional seria de 3 (três) anos, à luz do Código Civil (artigo 206, § 3º, inciso V), sem ocorrência de prescrição em qualquer das hipóteses.

Isso porque o termo inicial para o autor buscar

a pretensão indenizatória é a do surgimento do direito de ação, ou seja, o momento em que constatada a lesão e sua consequência. No caso, a r. sentença que julgou procedentes os embargos à execução manejada pela ré foi publicada em 31/01/2011, e, conforme andamento processual da Apelação nº 0006532-96.2008.8.26.0070, o acórdão transitou em julgado aos 10/07/2012 (fls. 196/202).

Da citada passagem, depreende-se que a Corte local entendeu que, pela regra prevista no CDC, o prazo prescricional a ser observado pela recorrente deveria ser o quinquenal mencionado no art. 27 do CDC, e que, mesmo afastada a incidência da norma consumerista, o lapso temporal de 3 (três) anos previsto no art. 206, § 3º, do CC/2002 não havia transcorrido, uma vez que, considerado o marco inicial a data do efetivo conhecimento do recorrido acerca dos prejuízos decorrentes do protesto de título, a situação só ficou evidenciada com o trânsito em julgado da ação que atestou a ilegalidade dos títulos de crédito.

Ocorre que, no caso em exame, conforme os precedentes acima mencionados, diante do afastamento das regras inseridas no Código de Defesa do Consumidor, a análise da prescrição deverá observar as normas existentes no CC/2002.

Segundo orientação jurisprudencial vigente neste Tribunal de Uniformização, seguindo a Teoria da *actio nata*, o termo *a quo* para contagem do prazo prescricional inserido no art. 206, § 3º, do CC/2002 inicia-se a partir da evidente ciência da parte acerca dos prejuízos sofridos com o ato lesivo.

Confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRAZO PRESCRICIONAL PARA COBRAR A REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTES DA CONSTRUÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA. TERMO INICIAL. CONHECIMENTO INEQUÍVOCO DO FATO E DE SUAS CONSEQUÊNCIAS PELO TITULAR DO DIREITO SUBJETIVO. TEORIA DA ACTIO NATA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83/STJ. 1.O termo inicial para o ajuizamento de ação em que se busca a reparação de danos tem como marco a ciência inequívoca pelo titular do direito subjetivo violado acerca da existência do fato e da extensão de suas consequências, conforme a Teoria da *actio nata*. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1761518/MA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 09/04/2019, DJe 12/04/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. COMPRA E VENDA. AÇÃO DE COBRANÇA. RESCISÃO DO NEGÓCIO. TRATATIVAS EXTRAJUDICIAIS. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. DEVOLUÇÃO DE VALORES. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. TEORIA DA ACTIO NATA.

1. A reforma do julgado que entendeu pela suspensão do prazo prescricional para devolução do valor em função de tratativas extrajudiciais documentadas demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

2. Por aplicação da teoria da actio nata, o lapso do prazo prescricional somente começa com a ciência da efetiva lesão do direito tutelado, inexistindo, ainda, qualquer condição que impeça o exercício do direito de ação. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 982.198/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 21/02/2017)

Na situação inserida nos autos, conforme exposto no acórdão impugnado, o início do lapso temporal da prescrição apenas começou a fluir quando o agravado tomou conhecimento definitivo de que as triplicatas que embasaram a cobrança e a negativação de seu nome eram inidôneas, situação só verificada quando transitada em julgado a ação em que se debatia a legalidade dos títulos de crédito.

Nesse ínterim, constata-se que o posicionamento do Tribunal de origem encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, sendo inviável a este Tribunal Superior infirmar as conclusões adotadas pela instância ordinária, pois seria preciso o revolvimento fático-probatório, vedado pela Súmula 7/STJ.

Quanto à existência do dano e à excessividade do valor arbitrado a título de reparação civil, cabe ressaltar que o entendimento jurisprudencial vigente nesta Corte Superior posiciona-se no sentido da impossibilidade de, através do julgamento de recurso especial, avaliar-se a constatação do ato ilícito indenizável, bem como o *quantum* arbitrado

na condenação, pois tais temas inserem-se na análise da situação fático-probatória existente nos autos, vedada pelo óbice imposto pela Súmula 7/STJ.

No tocante à análise da divergência jurisprudencial alegada pela recorrente, fica prejudicado o exame do dissídio, pois, em virtude da incidência da Súmula n. 7/STJ, não é possível encontrar similitude fática entre o aresto combatido e os acórdãos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em virtude de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.

Ante o exposto, mediante juízo de reconsideração, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator